

Turismo urbano e sustentabilidade social: uma reflexão para o futuro

Urban tourism and social sustainability: a reflection for the future

ANA FILIPA SILVA * [filipasilva.afcps@outlook.com]

BRUNO BARBOSA SOUSA ** [bsousa@ipca.pt]

FILIPA BRANDÃO *** [filipa.brandao@ua.pt]

Resumo | O presente trabalho pretende contribuir para uma reflexão entre o crescimento do turismo em espaços urbanos, especificamente centros históricos e o fenómeno da gentrificação que tem tomado de assalto as ruas das cidades. Desta forma, este trabalho discute qual a melhor abordagem para compreender o antagonismo face ao desenvolvimento do turismo, através as perspetivas dos residentes. Em específico, pretende-se apresentar uma revisão de literatura que caminhe no sentido de propor um modelo onde a comunidade se sinta parte integrante do projeto turístico ao invés de prevalecer um sentimento de exclusão face a esta atividade. Importa ainda mencionar que este modelo de desenvolvimento sustentável parte do princípio de que o turismo pode agir como uma ferramenta transformadora e como agente de resgate da tradição local, em vez de atuar como um mecanismo de exclusão social e de gentrificação. Futuros trabalhos deverão contribuir no sentido de propor (e testar) novos modelos que melhor permitam preservar a sustentabilidade social no turismo. Numa perspetiva interdisciplinar, o presente estudo contribui para a literatura do turismo, desenvolvimento sustentável e gestão dos destinos turísticos.

Palavra-chave | Cultura, gentrificação, sustentabilidade, turismo urbano

* Instituto Politécnico do Porto

** **Doutorado em Marketing e Estratégia** pela Universidade do Minho em parceria com a Universidade de Aveiro e da Universidade da Beira Interior. **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) e **coordenador** do Mestrado em Gestão do Turismo do IPCA. **Membro investigador** CiTUR e UNIAG

*** **Doutorada em Turismo** pela Universidade de Aveiro, **Professora Auxiliar Convidada** no Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro e **membro** da GOVCOPP - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas

Abstract | The present work intends to contribute to a reflection between the growth of tourism in urban spaces, specifically in historic centers and the phenomenon of gentrification that has taken the city streets. Thus, this work discusses the best approach to understand the antagonism towards the development of tourism, through the residents' perspectives. In particular, it is intended to present a literature review that goes in the direction of proposing a model where the community feels an integral part of the tourism project instead of prevailing a feeling of exclusion from this activity. It is also important to mention that this model of sustainable development is based on the principle that tourism can act as a transformative tool and as an agent to rescue the local tradition, instead of acting as a mechanism of social exclusion and gentrification. Future work should contribute towards proposing (and testing) new models that better preserve socio-cultural sustainability in tourism. In an interdisciplinary perspective, the present study contributes to the tourism literature, sustainable development, and management of tourist destinations.

Keywords | Culture, gentrification, segmentation, sustainability, urban tourism

1. Introdução

As cidades e a atividade turística estão intimamente conectadas: pela história, pelas memórias, pela energia. As cidades têm a essência que move o turista: vida, autenticidade, cultura, pessoas, gastronomia. Desta forma, muitas cidades do mundo vêm o turismo como a sua principal fonte de rendimento, da mesma forma que a intensa atividade turística é o pretexto para a melhoria contínua das infraestruturas e acessos da cidade, acabando assim por favorecer os residentes. No entanto, a discussão sobre os impactos do turismo tem vindo a incendiar a opinião pública: se há umas décadas atrás o turismo era visto como a salvação de todos os males de uma cidade ou país, hoje em dia há já quem questione se o turismo não será o maior male de um país ou de uma cidade. A verdade é que os impactos económicos inerentes à atividade turística são praticamente inquestionáveis: com mais ou menos justiça social, com mais ou menos igualdade no momento da distribuição dos lucros do turismo, os turistas quando chegam ao destino estão dispostos a consumir, a gastar, a pagar. Numa altura em que o tema da sustentabilidade associada ao setor do turismo se revela como

assunto da ordem do dia, que é discutido pelas comunidades e debatido pelos governos europeus, consideramos que focar a nossa investigação nesta temática seria interessante no sentido em que nos forçaria a questionar o assunto com foco no futuro e com base nos exemplos de outras cidades europeias. Face ao exposto, o presente artigo visa refletir sobre a urgente necessidade da criação de um modelo de desenvolvimento sustentável que confira maior harmonia entre o crescimento turístico e a preservação da identidade cultural em contextos específicos de turismo. Desta forma, pretende-se apresentar uma revisão de literatura que caminhe no sentido de propor um modelo onde a comunidade se sinta parte integrante do projeto turístico ao invés de prevalecer um sentimento de exclusão face a esta atividade. Importa ainda mencionar que este modelo de desenvolvimento sustentável parte do princípio de que o turismo pode agir como uma ferramenta transformadora e como agente de resgate da tradição local, ao invés de surgir como um mecanismo de exclusão social e de gentrificação.

2. As dinâmicas do turismo urbano

O turismo assume-se, cada vez mais, como um setor de atividade fortemente marcado por motivações distintas e numa lógica de segmentação (Marques et al., 2021; Santos et al., 2021), com influência no desenvolvimento regional e local (Brandão & Costa, 2012; Brandão, Costa & Buhalis, 2018; Gonçalves & Costa, 2020) e na dimensão cultural (Ferro et al., 2020). Gilbert e Clark (1997) afirmaram, já em finais do século XX, que o turismo urbano era caracterizado como um fenómeno reconhecível distinto de outras formas de turismo. Os autores defenderam ainda que o «turismo urbano» é igualmente válido como outras definições conceptuais anteriormente aceites no âmbito do estudo do turismo, como o turismo «de montanha» ou o turismo «selvagem». Sinteticamente, compreende-se que o foco do turismo urbano se prende no estudo das inter-relações entre o turismo nas suas muitas formas e o ambiente urbano. Haywood (1992) identificou uma dicotomia entre o papel do negócio do turismo e o papel das cidades: a primeira é a satisfação dos visitantes, enquanto para os últimos é a melhoria da qualidade de vida dos residentes. É evidente que a coordenação entre estes dois grupos e as respectivas necessidades é essencial e não se deve concentrar apenas no desenvolvimento turístico, mas sobretudo no desenvolvimento das cidades em geral. Por conseguinte, em certa medida, o «turismo urbano» pode ser visto como uma indústria comunitária que deve beneficiar e satisfazer a comunidade de acolhimento da mesma forma que deve responder às necessidades e expectativas dos visitantes (Ferreira & Costa, 2010; Rosa et al., 2017; Wang et al., 2020).

Ashworth e Page (2011) consideram que o turismo urbano é uma forma de turismo extremamente importante a nível mundial e que tem recebido uma atenção desproporcional por parte dos estudiosos do turismo e da cidade. Consideram, assim, que apesar do seu significado, o turismo

urbano permaneceu apenas imprecisamente definido e vagamente demarcado, indo assim de encontro ao defendido pelos autores Gilbert e Clark (1997). Na perspetiva de Ashworth e Page (2011), existe uma desarmonia clara entre os interesses do turismo e os das cidades receptoras. Isto porque os turistas utilizam intensivamente muitas instalações e serviços urbanos, mas constata-se que poucas cidades estão preparadas especificamente para uso turístico. Os autores compreendem ainda que o turismo pode representar benefícios económicos substanciais para as cidades, mas as cidades cujas economias são mais dependentes do turismo são as que menos beneficiam desses proveitos. Em contrapartida e de acordo com a tese dos autores, são as cidades com uma grande e variada base económica que acabam por lucrar mais com a atividade turística; no entanto estas últimas são as menos dependentes da mesma atividade. Em última instância Ashworth e Page (2011) concluem que a indústria do turismo precisa claramente de produtos turísticos variados, flexíveis e acessíveis que as cidades oferecem; no entanto defendem que não é tão claro que as cidades precisam de turismo.

As cidades são caracterizadas pela densidade e pela diversidade, seja de funções, instalações, culturas ou povos: é isso que distingue o urbano do rural e caracteriza o modo de vida urbano. Segundo os autores Ashworth e Page (2011), é provável que os visitantes sejam atraídos por uma ou todas estas características urbanas. É esta diversidade de motivos e atividades, bem como a densidade dos seus locais, que é incentivada pelo carácter urbano das cidades. Os autores mostram ainda que as pesquisas realizadas onde os visitantes são questionados sobre o que eles realmente fazem nas suas visitas às cidades, revela-se a popularidade de atividades vagamente articuladas, como "passar", "andar pela cidade", "ficar entre as pessoas". Este comportamento pode refletir alguns elementos-chave das motivações e atividades para a efetivação do turismo urbano. É também necessário compreender que as cidades são, geral-

mente, concentrações de poder económico e político, organizações e atividades, bem como de atividades de caráter cultural ou de entretenimento. Desta forma, Ashworth e Page (2011) acreditam que uma alta proporção de viagens às cidades é motivada principalmente pelo primeiro e não pelo segundo conjunto de atributos. Assim, grandes cidades de turismo cultural, como Florença ou Salzburgo, não atraem mais viajantes do que cidades com pretensões culturais mais modestas, como Hamburgo, Lyon ou Zurique.

Ashworth e Page (2011) fizeram uma complexa análise das características do turista urbano, que nos permitem compreender as dinâmicas desta tipologia do setor de atividade. Assim, pode compreender-se que o turista urbano é seletivo, visto que usufrui apenas de uma parte bastante pequena de tudo o que a cidade tem para oferecer: o turista toma decisões sobre o quê, quando, onde e como usar o conjunto de recursos urbanos disponíveis, tem o tempo mais limitado do que a maioria dos visitantes das outras tipologias turísticas. A duração da estadia em qualquer destino de turismo urbano é muito menor do que em resorts de praia ou de inverno. Isto é em parte porque os motivos para viajar para as cidades são mais variados do que para locais de turismo não-urbano e incluem muitas estadias de curta duração não motivadas por férias (lazer). Os autores conferem ainda outra característica aos turistas urbanos: caprichosos. Isto no seguimento de que os destinos urbanos estão mais suscetíveis do que outros a ondas de “moda”. Ou seja, na perspetiva dos autores, as cidades são especialmente vulneráveis às mudanças dos gostos e estilos de vida dos consumidores. A popularidade dos períodos históricos, dos estilos e correntes artísticas diminui. Este fator está diretamente relacionado com o ciclo de vida dos destinos e das atrações turísticas. Andereck, Vogt, Knopf e Vogt (2005) acreditam que as consequências relacionadas com o desenvolvimento do turismo podem ser divididas em três grandes categorias: impactos económicos, ambientais e so-

cioculturais. As consequências económicas estão normalmente associadas ao aumento dos postos de trabalho, a receitas adicionais e também à inflação dos preços no local recetor da atividade turística. No que respeita ao impacto ambiental, o turismo acarreta habitualmente um incremento na poluição, na destruição de ecossistemas, no aumento do lixo e do tráfego. Por outro lado, a atividade promove a proteção de parques naturais que funcionam, também eles, como fatores de atração turística. Os impactos socioculturais associando-os à preservação de tradições e ao aumento da comunicação e compreensão interculturais; por outro lado referem ainda o aumento da criminalidade e as possíveis alterações culturais dos residentes, promovendo assim a possível perda da identidade cultural do local (Zheng et al., 2020).

A expansão urbana tem decididamente estabelecido as cidades como centros estratégicos de crescimento, inovação e criatividade; simultaneamente, o turismo urbano está a afirmar-se como um dos setores do turismo com maior crescimento no mundo (Paskaleva-Shapira, 2007). As cidades constituem apenas dois por cento da superfície terrestre, mas são o lar de mais da metade da população mundial. Na Europa, a proporção de moradores urbanos é ainda maior. Hoje, quase 75% dos europeus vivem em cidades e áreas urbanas e, até 2020, deverá aumentar para 80% (União Europeia, 2010). De acordo com as Nações Unidas, espera-se que a população urbana mundial aumente 61% até 2030, quando 5 bilhões de pessoas viverão em cidades. Com o desenvolvimento acelerado, levantam-se questões sobre os reais impactos do setor. Paskaleva-Shapira (2007) consideram que as oportunidades inexploradas e os efeitos negativos crescentes sobre as comunidades locais, no entanto, destacam cada vez mais a importância de lidar com o setor tendo em especial atenção a economia urbana, meio ambiente, sociedade e especificidades culturais. De acordo com Pinto da Silva, Brandão e Sousa (2019), é essencial compreender exatamente quais os tipos de impactos inerentes à

atividade turística e, posteriormente, analisar medidas de maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos. É fundamental assegurar a sustentabilidade dos destinos turísticos quer a nível económico, quer social, quer ambiental. No entanto, nos anos mais recentes, tem-se observado que a dinâmica da evolução do turismo nas cidades tem incidido mais no seu crescimento do que no desenvolvimento e, como tal, menospreza com frequência os residentes, o seu bem-estar e a sua qualidade de vida. Mais ainda, este crescimento tem 'empurrado' os residentes para fora dos centros históricos, levando consigo a autenticidade que caracteriza estes locais e que constitui quase sempre o factor de atração ao destino. Nesse sentido, torna-se imperativo desenhar e implementar modelos de gestão sustentável do turismo urbano.

3. Turismo sustentável

O desenvolvimento do turismo sustentável exige a participação informada de todas as partes interessadas relevantes, bem como uma forte liderança política para garantir uma ampla participação e a criação de consenso. A "construção" de um turismo sustentável é um processo contínuo e exige um monitoramento constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e / ou corretivas necessárias sempre que assim for necessário e pertinente (Roseta et al., 2020). O turismo sustentável deve também manter um elevado nível de satisfação turística e garantir uma experiência significativa aos turistas, sensibilizando-os para questões de sustentabilidade e promovendo práticas de turismo sustentável entre eles.

Balasubramanian (2005) acredita que o desenvolvimento sustentável, como conceito económico, tornou-se popular com a publicação do Relatório Brundtland em 1987. Desde então, tem sido aplicada de forma independente e traduzida para uma série de atividades económicas. O autor defende

ainda que no que ao turismo respeita, tem havido muito debate e discussão sobre a utilização dos princípios do desenvolvimento sustentável, no entanto, segundo a perspetiva do autor, uma análise da literatura revela que há uma série de ambiguidades e inconsistências ao traduzir os princípios do desenvolvimento sustentável para o turismo, na teoria e na prática. Niedziółka (2014) acredita que para ser possível explorar os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável no turismo é extremamente necessário saber definir o termo "desenvolvimento sustentável". O autor afirma que, embora haja já uma aceitação generalizada do desenvolvimento sustentável, permanece alguma falta de consenso sobre o real significado do termo, admitindo que a definição que considera mais acertada, remonta ao relatório de Brundtland: "O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades da geração presente, sem ameaçar a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades". A verdade é que, embora a definição de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável pareça ser simples e não haja grandes divergências na altura de definir o conceito, a literatura demonstra que a aplicação dos termos pode não ser assim tão simples. Dredge, et al. (2006) mostram que as interpretações do que é sustentável são suscetíveis a alterações ao longo dos tempos, à medida que o interesse e o comprometimento das partes interessadas com as diferentes questões mudam. Os autores defendem ainda que o protagonismo atribuído ao turismo sustentável tem se concentrado nos benefícios económicos associados ao setor de atividade e as respostas políticas acabam por enfatizar a construção de negócios, a expansão dos mercados e a promoção do investimento. O principal objetivo da aplicação do conceito de sustentabilidade ao setor do turismo previa o aumento da prosperidade económica e, conseqüentemente, se traduziria em benefícios sociais e melhorias no que à sustentabilidade da comunidade respeita. No entanto, Dredge, et al., (2006) afirmam que "estudos

recentes demonstraram a necessidade de levar em consideração os impactos positivos e negativos do turismo sobre as comunidades locais”. Na abordagem sobre sustentabilidade, Elkington (2006) desenvolveu trabalhos norteados pelo conceito do *triple botton line* que, ao longo do tempo, foi sendo modificado para a adoção sistêmica das dimensões econômica, social e ambiental.

Também Cohen (2002) apresenta algumas críticas à forma como o conceito “sustentabilidade” tem surgido aplicado ao setor turístico. O autor afirma que o conceito não pode ser considerado isolado do contexto sociopolítico em que nasceu e em que opera. O autor acredita que a imprecisão do conceito de sustentabilidade no setor do turismo permite que o termo seja utilizado de forma incorreta e até abusiva pelas partes interessadas, nomeadamente pelos empresários do turismo. Assim, com base no que descreve o autor, compreende-se que como a “sustentabilidade” se tornou, ao longo dos tempos, uma característica desejável das empresas aos olhos dos potenciais consumidores, o conceito adquire um valor altamente promocional, podendo colocar em causa a verdadeira aplicação do conceito, sendo utilizado apenas como “rótulo” para potenciar benefícios econômicos. Robinson (1999) acredita que a aplicação da sustentabilidade ao contexto turístico é fraca e acrescenta que o turismo dito sustentável tende a ignorar questões culturais importantes tais como a identidade cultural, o sentimento de pertença, o significado espiritual e os direitos morais e legais no contexto da comunidade recetora. O autor afirma ainda que o turismo sustentável não é capaz de compreender os parâmetros culturais da relação entre o homem e o ambiente e “acusa” ainda o conceito de ignorar a justiça social e o consentimento cultural como partes fundamentais ao desenvolvimento sustentável.

Berno e Bricker (2001) acusam o turismo sustentável de ser um conceito inadequado por levantar mais questões do que as que pode responder. Os autores mostram que as respostas ao desenvol-

vimento do turismo sustentável comumente representam duas escolas básicas de pensamento: (1) preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável, apesar dos seus desafios e (2) preocupação com a condenação da indústria. Esta última abordagem, segundo a perspectiva dos autores, demonstra que o desenvolvimento sustentável é um mito e que é impossível promover o turismo, mantendo ao mesmo tempo um ambiente de boa qualidade. Os autores acrescentam ainda que dada a importância econômica do turismo, muitos aceitam que é de interesse do setor garantir a longevidade dos recursos de que depende. Berno e Bricker (2001) concluem afirmando ainda que existe uma alta necessidade de se alcançar um equilíbrio entre os interesses comerciais e os interesses ambientais mais amplos. Desta forma, sugerem ainda que devido à complexidade da indústria e do produto do turismo e à maneira fragmentada como o turismo é organizado, o turismo sustentável é incompatível com os aspetos do desenvolvimento sustentável (Lubowiecki-Vikuk et al., 2021). A natureza dependente da produção turística em escala global e as características do consumo turístico não se encaixam facilmente nos princípios do desenvolvimento alternativo endógeno (Fernandes et al., 2021). Isto sugere que os princípios do desenvolvimento sustentável não podem ser transpostos diretamente para o contexto do turismo. Importa mencionar que apesar do conceito de sustentabilidade estar (erradamente) associado apenas a destinos turísticos em espaços rurais, as definições e medidas são passíveis de aplicar a qualquer prática turística, nomeadamente ao turismo em espaço urbano que é, como se nota no capítulo anterior, o mote para o trabalho que aqui apresentamos.

4. Gentrificação e turistificação: fenómenos comprometedores da sustentabilidade social

O fenómeno da gentrificação pode definir-se

como o “processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder económico para outro local e da entrada de residentes com maior poder económico” (Priberam, 2008-2013). Este conceito (i.e. gentrificação⁹, designa um processo de recomposição social verificado no espaço urbano (Um & Yoon, 2020), associado a ações de reabilitação urbana das habitações nos centros históricos das cidades, mediante investimentos quer públicos quer privados (Gould & Lewis, 2018).

Compreende-se, assim, que a gentrificação passou a representar o movimento da chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas centrais desvalorizadas da cidade. O efeito é que essas áreas se tornam social, económica e ambientalmente valorizadas, sofrendo um processo de “filtragem” (Mendes, 2014). Já em finais do século XX, Rodrigues (1999) afirmava que a gentrificação surge, cada vez mais, associada a novos conceitos de paisagem urbana. Segundo o autor, o fenómeno consiste na divisão dos residentes, trabalhadores, turistas, consumidores e migrantes em dois diferentes grupos: por um lado os profissionais e a “beautiful people”, no outro grupo ficam os “outros”, que o autor define como sendo o setor social com fracos recursos caracterizado pelas desigualdades e exclusão social. Desta forma, interessa citar de novo Mendes (2014) que considera a gentrificação um processo de mudanças socio espaciais, onde a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros populares ou tradicionais atrai a fixação de novos moradores com capacidades financeiras relativamente elevadas, levando assim ao desalojamento de ex-residentes que acabam por não ter capacidades para pagar o aumento dos custos de habitação que acompanham os processos de reabilitação. A gentrificação associa-se ao turismo na ótica em que a partir do momento em que a cidade se torna atraente para o crescimento do setor e que se observam investimentos quer públicos quer privados com o intuito de re-

abilitar os centros urbanos - construção de novos alojamentos turísticos, novos espaços comerciais em prol do consumo turístico – os residentes vêm-se obrigados a abandonar as suas casas pela incapacidade de acompanhar o aumento do custo de vida. Desta forma, como se pode ler nos artigos de Luís Mendes, surge uma espécie de “seleção” social onde os mais desfavorecidos são obrigados a deslocar-se para as periferias. Esta é uma temática já discutida em contexto internacional (nomeadamente Veneza e Barcelona, como pode ler-se no capítulo anterior), no entanto nos últimos anos o fenómeno tem sido discutido internamente, principalmente no contexto Lisboa e Porto. Vieira, et al. (2016) consideram devastadoras as alterações da cidade de Lisboa nos últimos anos: “o brutal aumento dos valores da habitação, com especial incidência no centro histórico alargado da cidade de Lisboa. Grande parte dos residentes, sem capacidade económica para enfrentar esta subida, está a ser forçada a deslocar-se para bairros cada vez mais periféricos. As zonas mais centrais da cidade parecem estar a tornar-se morada exclusiva dos mais ricos e de habitantes temporários”.

Se há verdade irrefutável sobre a indústria do turismo é que quer as empresas turísticas quer os próprios turistas estão a partilhar recursos socioculturais e físicos com as comunidades receptoras. Telfer e Hashimoto (2006) sugerem que esses recursos representam de alguma forma valor económico para todas as partes envolvidas, pelo que acreditam que uma gestão cuidadosa é fundamental para garantir a qualidade e a quantidade desses mesmos recursos no presente, mas essencialmente no futuro. Desta forma, os autores afirmam que as questões associadas à gestão deixaram de ser consideradas simples, mostrando que o futuro passa por um método universal de gestão de recursos que encoraje o respeito ao multiculturalismo, fazendo assim face aos impactos ambientais e socioculturais associados ao turismo. Miller e Twining-Ward (2006) acreditam que a definição concreta de indicadores de sustentabilidade em contexto turístico e

a sua monitorização são fundamentais para a construção efetiva de modelos sustentáveis, no entanto os autores mostram que embora alguns pequenos passos tenham sido tomados na direção certa, a pesquisa sobre indicadores de turismo sustentável é ainda muito restrita. Os autores afirmam que os projetos de monitorização que estão em vigor ainda estão em processo de desenvolvimento e poucos dispõem de dados suficientes para identificar tendências ao longo do tempo. Miller e Twining-Ward (2006) mostram, desta forma, que os indicadores fornecem informações que podem permitir melhorar a tomada de decisões, ajudar a desenvolver e priorizar os planos de ação e melhorar o nível geral de consciencialização e compreensão das questões do turismo sustentável. Segundo os autores, os casos onde a monitorização se tem apresentado como um instrumento mais eficaz é quando existe consenso entre as comunidades, ONGs, autoridades de turismo e empresas do setor privado para fornecer uma abordagem mais informada, coordenada e multifacetada à sustentabilidade. Assim, compreende-se que um dos grandes desafios da sustentabilidade turística passa por desenvolver indicadores e monitorizá-los, mas essencialmente importa mantê-los ao longo dos tempos e adaptá-los às evoluções das necessidades quer dos locais, quer dos consumidores. Começam a surgir medidas que visam o controlo de turistas em determinados destinos e pode prever-se que a adoção de políticas que controlem o número de turistas em determinadas atrações se popularize num futuro próximo. O caso de Barcelona foi o que mais suscitou discussão nos últimos meses – talvez pelo nível de proximidade. O certo é que, tal como prometido em época de campanha eleitoral, o Governo de Coligação de Barcelona aprovou no final de janeiro do corrente ano (2017) a nova lei da habitação. O novo plano urbanístico limita a criação de novos hotéis e alojamentos turísticos no epicentro de Barcelona e centrifugará às zonas periféricas da cidade catalã as novas licenças. Se é verdade que as políticas de sustentabilidade no âmbito do turismo

são cada vez mais estudadas e abordadas também é verdade que tal só acontece porque a perspetiva do consumidor tem-se alterando com o passar dos anos.

Uma maior consciencialização tem conduzido a transformações na indústria hoteleira que tem percebido que o cliente procura experiências mais sustentáveis, que respeitem o meio envolvente. Bricker (2012) afirma que a “*green travel*” é uma tendência que veio para ficar: segundo o autor, há já uma grande percentagem de turistas que viajam com o intuito de observar cavernas arqueológicas, parques naturais e de vida selvagem e culturas e comunidades diferentes. Face ao exposto, compreende-se que falar em destinos sustentáveis surge, nos tempos de hoje, como uma forma de posicionamento social que, por vezes, se sobrepõe ao real significado da sustentabilidade e de tudo o que este conceito implica.

5. Porto: dados demográficos e caracterização do destino

O município do Porto tem uma área de 41,42 km² e é constituído por sete diferentes freguesias: Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde); Bonfim; Campanhã; Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (União de freguesias do centro histórico do Porto) Lordelo do Ouro e Massarelos (União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos); Paranhos e Ramalde.

Os censos de 2011 mostraram que este concelho contava com uma população de 237 591 habitantes. Este valor representava, até então, uma perda de 25.540 indivíduos quando comparado com o ano de 2001.

Entre 2011 e 2017 existiu uma perda de 23 238 residentes. Contudo, o ano de 2019 representou uma alteração na tendência de decréscimo de moradores: se em 2017 existiam 214 353 habitando

tes neste concelho, em 2019 passaram a existir 215 945 (PORDATA, 2021).

Importa ainda caracterizar brevemente a população residente, de forma a melhor compreender a demografia do local em estudo: a população mais jovem (0-14 anos) tem menos 6.927 habitantes comparando os anos de 2001 e 2019; a população ativa (15 – 64 anos) reduziu em 49. 516 moradores. O único crescimento populacional encontra-se na população mais envelhecida (com mais de 65 anos) que no ano de 2019 era de 50.978 residentes e no ano de 2019 passaria a ser de 61.353.

O Porto é a segunda cidade mais relevante de Portugal em termos de interesse económico e tem sido reconhecida como um importante destino turístico nos últimos anos. Apesar da sua localização à beira-mar, não é significativa a procura por turismo de praia. O seu desenvolvimento recente como destino turístico resulta de uma combinação de diversos fatores: a cidade passou por significativas transformações físicas, culturais e sociais. Em 1996, o centro histórico foi declarado Património da Humanidade pela UNESCO e em 2001 foi eleita Capital Europeia da Cultura. (Pinto da Silva, Brandão, & Sousa, 2019). Vários prémios e distinções foram concedidos à cidade pelos media mundiais. Esta valorização internacional acabou por, naturalmente, potenciar o investimento imobiliário e a valorização dos espaços públicos e infraestruturas urbanas. A aposta de várias companhias aéreas de baixo custo, ligando a cidade a dezenas de outras cidades europeias, a par do burburinho internacional nos meios de comunicação, também teve um forte impacto no crescimento das chegadas de turistas. O resultado foi um Porto renovado, cujo desenvolvimento está fortemente ligado ao crescimento do Turismo. A cidade é hoje reconhecida internacionalmente como um destino cosmopolita (Ramires, Brandão, Sousa, & Cristina, 2018).

O número de dormidas no concelho do Porto tem vindo a aumentar gradualmente. Se em 2011 o Porto teve 1 783 781 de dormidas, em 2016

contabilizaram-se 3 300 011 dormidas, posteriormente, em 2019, existiram 4 587 237 dormidas no concelho do Porto (INE, 2021).

Em 2011 havia, no concelho do Porto, 9.286 camas disponíveis para fins turísticos, em 2016 passaram a ser 1.839 e, posteriormente, em 2019 contabilizaram-se 14.264 camas disponíveis (BI T, 2021).

A estadia média na região Norte não tem sofrido alterações relevantes com o passar dos anos, uma vez que entre os anos 2015 e 2016 se manteve nos 2,8 dias, tendo, em 2017 baixado para 2,7 mantendo o mesmo número no ano seguinte. Apenas em 2019 surgiu uma maior alteração, com uma diminuição da estadia média nesta região: 2,4 noites (INE, Estada Média, 2021).

O facto de 2019 ter sido o ano com o maior número de dormidas e que representa o maior decréscimo na estadia média, representa um fator de comprometimento da sustentabilidade do destino, uma vez que aumento da estadia média dos hóspedes pode ser um fator decisivo em termos económicos, ambientais e socioculturais. Destinos cuja estadia média é curta é onde os requisitos de infraestruturas de transporte crescem mais, comparativamente com a infraestrutura de alojamento; quanto maior o volume turístico, maior terá de ser a capacidade aeroportuária e/ ou outras infraestruturas de transporte (Gössling & Peeters, 2015). Os autores defendem ainda que a utilização massiva dos transportes está diretamente ligada a vários indicadores de desempenho de sustentabilidade, como uso de energia ou emissões de gases de efeito estufa.

Se uma estadia média baixa pode ser responsável pelo comprometimento dos índices de sustentabilidade, o aumento massivo de turistas face ao número de residentes é seriamente responsável pela concretização da turistificação e gentrificação acima abordadas.

Em 2017, o Porto recebia 4.500 turistas por dia e 228 turistas por quilómetro quadrado. Existiam oito turistas por cada residente. Estes números

são ainda mais elevados do que os observados em cidades como Londres e Barcelona e importa referir que a maioria dos turistas se concentra numa área de dois a três quilómetros quadrados (Garrido, 2018). Em 2019 a região norte contabilizou ainda 5 873,0 de hóspedes (BI T, 2019). Estes números confirmam o crescimento frenético do turismo, causando impactos significativos, tanto positivos quanto negativos. Os impactos positivos decorrem da extraordinária recuperação do centro da cidade, uma área anteriormente degradada, vazia de atividades económicas, residentes, ou da vida cultural e social, para se tornar um espaço cosmopolita e habitável, onde foram reabilitados edifícios históricos, espaços públicos e alojamentos. Com restaurantes, lojas, hotéis, negócios, uma população mais jovem e aumento do emprego. Os impactos negativos referem-se à saída dos residentes do centro da cidade para as periferias, devido ao aumento dos preços dos imóveis, bem como à saturação dos serviços devido ao aumento drástico da comunidade turística (Pinto da Silva, Brandão, & Sousa, 2019).

Embora não existam dados sobre a população empregada no sector do turismo na cidade do Porto, sabe-se que há um crescimento da taxa de emprego paralelo ao impulso turístico na cidade.

6. Considerações finais e linhas de orientação para o futuro

O presente trabalho pretendeu contribuir para uma reflexão entre o crescimento do turismo no centro histórico em contextos específicos de turismo e o fenómeno da gentrificação. Desta forma, como fomos demonstrando ao longo deste manuscrito, é necessário compreender o antagonismo face ao desenvolvimento do turismo, avaliando também as perspetivas dos residentes e abrindo caminho para a discussão e trabalhos futuros. Assim, propõe-se entrevistar os residentes e trabalha-

dores do centro histórico da cidade do Porto com o intuito de compreender quais as suas opiniões sobre o desenvolvimento desta atividade. Se, por um lado, a maioria dos residentes parece concordar com o desenvolvimento do turismo na cidade do Porto, uma boa parte parece também afirmar ser impossível pagar uma renda no centro histórico da cidade. Compreende-se assim que a comunidade portuense começa a questionar-se sobre a ética do crescimento turístico, mas que admite que este *boom* foi fundamental para melhoria de aspetos principalmente relacionados com a segurança, a limpeza e a dinamização da cidade. As opiniões parecem dividir-se e é, ainda, difícil encontrar um consenso. No entanto parece verificar-se que é comum que os indivíduos que trabalham no turismo tendem a responder de forma mais positiva, encarando com menor preocupação os impactos negativos do setor.

Assim, conclui-se que com o intuito de compreender a possibilidade do crescimento turístico em harmonia com a preservação da identidade cultural, surge a proposta de um modelo de desenvolvimento sustentável da atividade turística focalizado na dimensão social, com a finalidade de envolver a comunidade e de a manter nos locais de onde são oriundos. O modelo a propor vai de encontro a valores que consideramos muito relevantes, tais como a justiça social e a inclusão da comunidade no projeto turístico da cidade. Acreditamos, assim, que a aplicação de medidas semelhantes às que aqui fomos expondo, podem contribuir para a criação de um maior número de sinergias que envolvam pequenos negócios e de projetos que visem a contribuição ativa da sociedade. Desta forma, através do estudo que fizemos, podemos admitir que a população ficará mais feliz com o desenvolvimento do turismo, passará a nutrir um afeto maior pelo turista e, conseqüentemente, o turista sairá mais satisfeito da sua experiência no Porto.

Desta forma, pretende-se mostrar que deve haver uma resistência política às pressões imobiliárias e consideramos fundamental que se priorize sempre

o residente e que se assegure, incondicionalmente, o bem-estar da comunidade. Cremos que só assim se atingirá uma estrutura social capaz de sustentar os elevados números turísticos que determinados destinos turísticos (e.g. Porto) têm conquistado. Numa perspetiva interdisciplinar, o presente estudo apresenta contributos para o turismo sustentável e para o desenvolvimento local (i.e., impactos na perspetiva do excesso de turismo). Estudos futuros deverão caminhar no sentido de testar relações de causalidade entre variáveis do comportamento do consumidor em turismo e o desenvolvimento local de regiões ao nível da gentrificação e turistificação. Propõe-se, assim, também o desenvolvimento de um trabalho de natureza quantitativa com o recurso à administração de inquéritos por questionário a aplicar junto de turistas (nacionais e estrangeiros) do turismo da cidade do Porto.

Referências

- Aghajani, S. (2007). The Relationship between Tourism and Environment. pp. 39-41.
- Aires, J. D. (2011). O modelo Irridex de Doxey: Breves considerações acerca de sua aplicação em Ponta Negra (Natal-RN). *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, pp. 23-33.
- Andereck, L. K., Vogt, A., Knopf, & Vogt. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of tourism research*, 32(4) pp. 1056-1076. ISSN 0160-7383, <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>.
- Araújo, G. P., & Gelbcke, D. (2008). Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Turismo- Visão e Ação*, 10(3), 357 – 378. <https://doi.org/10.14210/rtva.v10n3.p358-377>
- Ardahaey, F. T. (2011). Economic impacts of tourism industry. *International Journal of Business and Management*, 6(8), pp. 208-209. DOI: 10.5539/ijbm.v6n8p206
- Ashworth, G. & Page, S. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32(1) pp. 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>
- Balasubramanian, D. (2005). *Sustainable tourism development*. (Doctoral dissertation, University of Wisconsin-Stout), pp. 7-16.
- Barbería, J. L. (6 de agosto de 2017). Turismo-fobia, ciudades de alquiler. Obtido de El País: <http://elpaissemanal.elpais.com/documentos/turismofobia/>
- Barros, V. G. (2016). *Turismo em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 25.
- Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de Base comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: letra e imagem.
- Barton, A. W., & Leonard, S. (2010) Incorporating social justice in tourism planning: racial reconciliation and sustainable community development in the Deep South, *Community Development*, 41:3, 298-322, DOI: 10.1080/15575330903444051
- Becker, E. (2013). The Big Idea: How Tourism Can Destroy the Places We Love. The daily beast.
- Berno T, & Bricker, K. (2001). Sustainable tourism development: the long road from theory to practice. *International Journal of Economic Development*, 3(3) pp. 13-14.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community based tourism. *Community Development Journal*, 40(1), 39-49.
- Boronyak, L., Asker, S., Carrard, N., & Paddon, M. (2010). *Effective community based tourism*. Gold Coast Campus, Griffith University QLD 4222 Australia: Sustainable Tourism Cooperative Research Centre.
- Brandão, F., Costa, C., & Buhalis, D. (2018). Tourism innovation networks: a regional approach. *European Journal of Tourism Research*, 18(1), 33-56.
- Brandão, F., & da Costa, C. (2012). Regional Innovation Systems and Tourism: a Conceptual Approach. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18(2), 647-660. <https://doi.org/10.34624/rt.d.v2i17/18.12975>
- Bremner, C. (28 de janeiro de 2016). Top 100 City Destinations Ranking. Obtido de Euromonitor International: <http://blog.euromonitor.com/2016/01/top-100-city-destinations-ranking-2016.html>
- Bricker, K. S. (2012). Trends and Issues for Ecotourism & Sustainable Tourism.
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism geographies*, 1(1) pp. 7-25, DOI: 10.1080/14616689908721291

- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism management*, 27(6) pp. 1274-1289. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.05.018>
- Cohen, E. (2002). Authenticity, equity and sustainability in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(4), 267-276, DOI: 10.1080/09669580208667167
- Cohen, S. (2010). Searching for escape, authenticity and identity: Experiences of "lifestyle travellers". Em P. L. M. Morgan, *The Tourism and Leisure Experience: Consumer and Managerial Perspectives* (pp. 27-42). Bristol: Channel View Publications.
- Coriolano, L. N. (2005). A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 3, 295-304. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2005.03.024>
- Dredge, D., Macbeth, J., Carson, D., Beaumont, D., Northcote, N., J., K., & Richards, F. (2006). Achieving sustainable local tourism management: Phase 1-practitioners guide. Murdoch University Research Repository, retrieved online <https://researchrepository.murdoch.edu.au/id/eprint/3496/>
- Dwyer, L., Edwards, D., Mistilis, N., Roman, C., & Scott, N. (2009). Destination and enterprise management for a tourism future. *Tourism management*, 30(1), pp. 63-74. DOI:10.1016/j.tourman.2008.04.002
- Elkington, J.B. (2006) Governance for sustainability. *Corporate Governance*, 14(6), 522-529. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00527.x>
- Fernandes, S., Ferreira, D., Alves, T. & Sousa, B. (2021). Glamping and the Development of Sustainable Tourism: A Portuguese Case Study. In A. Lubowiecki-Vikuk et al. (eds.), *Handbook of Sustainable Development and Leisure Services*, World Sustainability Series, https://doi.org/10.1007/978-3-030-59820-4_14
- Ferreira, A. M., & Costa, C. (2010). O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 13/14(3), 1037-1038. <https://doi.org/10.34624/rtd.v3i13/14.12721>
- Ferro, R. C., de Castro Mendes, B., Cavenaghi, A. J., & Rejowski, M. (2020). Identificando a evolução e os fronts de pesquisa em temáticas por meio do mapeamento bibliométrico: uma análise sobre os Impactos Sociais do Turismo. *Revista Turismo em Análise*, 31(1), 179-199.
- Gilbert, D. &. (1997). An exploratory examination of urban tourism impact, with reference to residents attitudes, in the cities of Canterbury and Guildford. *Cities*. Elsevier, pp. 343-352.
- Gómez, M. (1998). Patrimonio y ciudad: nuevos escenarios de promoción y gestión del turismo urbano europeo. Turismo urbano y patrimonio cultural. Una perspectiva europea. pp. 9-37. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes
- Gonçalves, F. J. B., & Costa, C. (2020). Contributo dos Caminhos de Santiago para o desenvolvimento sustentável do Turismo, em Barcelona. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 34, 65-79. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i34.22339>
- Goodwin, H., & Santilli, R. (2009). Community-based tourism: A success. ICRT Occasional Paper.
- Gössling, S., & Peeters, P. (2015). Assessing tourism's global environmental impact 1900–2050. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(5), 639-659, DOI: 10.1080/09669582.2015.1008500
- Gould, K. A., & Lewis, T. L. (2018). Green Gentrification and Disaster Capitalism in Barbuda: Barbuda has long exemplified an alternative to mainstream tourist development in the Caribbean. After Irma and Maria, that could change. *NACLA Report on the Americas*, 50(2), 148-153.
- Guerreiro, M. M., Mendes, J. da C., Valle, P. O. do, & Silva, J. A. (2008). Análise da satisfação dos residentes com o turismo: o caso de uma área-destino no Algarve, Portugal. *Revista Turismo Em Análise*, 19(3), 488-504. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19i3p488-504>
- Haywood, K. M. (1992). Identifying and responding to challenges posed by urban tourism. *Tourism Recreation Research*, 17(2), pp. 9-23.
- Henriques, E. B. (2003). A cidade, destino de turismo. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, série I, vol XIX, pp. 163-172.
- INE. (25 de Março de 2021). Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica e Local de residência. Obtido de Instituto Nacional de Estatística:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&ind0corrCod=0009183&selTab=tab0
- INE. (2021). Estada Média. Obtido de INE - Instituto Nacional de Estatística, TdP - Turismo de Portugal.
- Jorge, M. J. (2015). *A cultura da sustentabilidade social, um instrumento de humanização*. Master's thesis, Universidade de Coimbra.

- Judd, D. R. (2003). El turismo urbano y la geografía de la ciudad. *EURE (Santiago)*, 29(87), 51-62. ISSN 0250-7161. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612003008700004>.
- Kernel, P. (2005). Creating and implementing a model for sustainable development in tourism enterprises. *Journal of Cleaner Production*, 13(2):151-164 DOI:10.1016/j.jclepro.2003.12.023
- Koncul, N. (2007). Environmental issues and tourism. *Ekonomiska Misao i Praksa*, 157-165.
- Lubowiecki-Vikuk, A.; Djercan, B. & Sousa, B. (2021). Sustainable development and leisure services: Changes and trends. In A. Lubowiecki-Vikuk et al. (eds.), *Handbook of Sustainable Development and Leisure Services*, World Sustainability Series, https://doi.org/10.1007/978-3-030-59820-4_1
- Marques, A., Sousa, B., Vareiro, L. & Figueira, V. (2021). O turismo fluvial e o desenvolvimento local em regiões demarcadas e contexto vinhateiro: um contributo teórico. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 35, 185-200. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i35.24646>
- Maximino, C. B. (2011). *Turismo comunitário: enquadramento conceptual, organizacional e impacte*. Master's thesis, Universidade de Aveiro.
- McKercher, B. (novembro de 2003). Sustainable tourism development-guiding principles for planning and management. In *National seminar on sustainable tourism development*, Bishkek, Kyrgystan, pp. 4-5.
- Mendes, L. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, 16(32), pp.487-511.
- Middleton, V. T., & Hawkins, R. (1998). *Sustainable Tourism, a marketing perspective*. Routledge.
- Milheiro, E. & Melo, C. (2005). *O Grand Tour e o advento do turismo moderno*. Aprender.
- Miller, G., & Twining-Ward, L. (2006). Monitoring as an Approach to Sustainable Tourism. Em D. Buhalis, & C. Costa, *Tourism management dynamics: trends, management and tools* (pp. 51-57). Routledge.
- Mumford, L. (2006). Appropriating cultural sustainability indicators [CSI]: An approach to local urban. *6th International Conference on Role of Engineering Towards a Better Environment*. Alexandria, Egypt.
- Neto, F. (2003). A new approach to sustainable tourism development: Moving beyond environmental protection. *Natural resources forum*, 27(3), 212-222). Blackwell Publishing Ltd.
- Niedziółka, I. (2014). Sustainable tourism development. *Regional Formation and Development Studies*, 3(8), pp. 157-166. DOI: 10.1007/3-540-25815-9_16.
- Paskaleva-Shapira, K. A. (2007). New paradigms in city tourism management: Redefining destination promotion. *Journal of Travel Research*, 46(1), 108-114.
- Pereira, A., & Patrício, T. (2013). *SPSS guia prático de utilização - análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Edições sílabo, LDA.: Lisboa.
- Pinto da Silva, F., Brandão, F., & Sousa, B. (2019). Towards socially sustainable tourism in cities: local community perceptions and development guidelines. *Enlightening tourism. A pathmaking journal*, 9(2), 168-198
- PORDATA. (26 de 03 de 2021). População residente: total e por grandes grupos etários.
- Travel BI (2019). Turismo em números 2019. Obtido de Travel BI: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/ptpt/Documents/Turismo%20em%20Portugal/turismo-em-numeros-2019.pdf>
- Travel BI (25 de março de 2021). Empreendimentos turísticos - oferta. Obtido de Travel Bi: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/PowerBI/rnet-registo-nacional-de-empreendimentos-turisticos.aspx>
- Porto, C. m. (22 de agosto de 2017). Censos 2011 - Mudanças demográficas. Obtido de cm-porto.
- Ramires, A., Brandão, F., Sousa, F., & Cristina, A. (2018). Motivation-based cluster analysis of international tourists visiting a World Heritage City: The case of Porto, Portugal. *Journal of Destination Marketing & Management*, 8, 49-60. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2016.12.001>
- Richards, G., & Hall, D. (2003). *Tourism and sustainable community development*. Psychology Press.
- Robinson, M. (1999). Collaboration and cultural consent: Refocusing sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 7, 379-397.
- Rodrigues, W. (1999). Globalização e gentrificação: teoria e empiria. *Sociologia - Problemas e práticas*, 29, 95-125.
- Rosa, T., Baltazar, M., & Silva, J. (2017). Impacto no Sector do Turismo da Área de Influência dos Aeroportos Portugueses devido à Operação de Companhias de Baixo Custo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27, 2095-2109. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.10451>

- Roseta, P., Sousa, B.B. & Roseta, L. (2020). Determiners in the Consumer's Purchase Decision Process in Ecotourism Contexts: A Portuguese Case Study. *Geosciences*, 10, 224, 1-18. <https://doi.org/10.3390/geosciences10060224>
- Rubio, S. P. (2006). La ciudad fingida. Representaciones y memorias de la Barcelona turística. *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 4(1), pp. 13-28.
- Russo, A. P. (2002). The "vicious circle" of tourism development in heritage cities. *Annals of tourism research*, 29(1) pp. 165-182. DOI:10.1016/S0160-7383(01)00029-9
- Salazar, N. B. (2012). Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(1) pp. 9-22. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.596279>
- Santos, V., Ramos, P., Sousa, B., Almeida, N. & Valeri, M. (2021). Factors influencing touristic consumer behaviour. *Journal of Organizational Change Management*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/JOCM-02-2021-0032>
- Santos, L. J. (2016). *Na Itália, estas cinco terras querem numerus clausus para turistas*. Fugas, Público.
- Sunlu, U. (2003). Environmental impacts of tourism. *Conference on the Relationships between Global Trades and Local Resources in the Mediterranean Region*, (pp. 268-269).
- Telfer, D. J., & Hashimoto, A. (2006). Resource Management: Social, Cultural, physical environmental and the Optimization of Impacts. Em D. Buhalis, & C. Costa, *Tourism management dynamics: trends, management and tools* (pp. 145-154). Routledge.
- Um, J., & Yoon, S. (2020). Evaluating the relationship between perceived value regarding tourism gentrification experience, attitude, and responsible tourism intention. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 19(3), 1-17. <https://doi.org/10.1080/14766825.2019.1707217>
- Violier, P. & (2007). Turismo urbano y políticas para su gestión en Francia y España. *Estudios Geográficos*, 68(262), 321-347. <https://doi.org/10.3989/egeogr.2007.i262.15>
- Wang, J., Huang, X., Gong, Z., & Cao, K. (2020). Dynamic assessment of tourism carrying capacity and its impacts on tourism economic growth in urban tourism destinations in China. *Journal of Destination Marketing & Management*, 15. DOI : 10.1016/j.jdmm.2019.100383
- Zheng, W., Ji, H., Lin, C., Wang, W., & Yu, B. (2020). Using a heuristic approach to design personalized urban tourism itineraries with hotel selection. *Tourism Management*, 76, DOI:10.1016/j.tourman.2019.103956